

As escolas e o excesso de tralha técnica

Enquanto adicionámos reformas atrás de reformas nas políticas públicas de educação, fomos acumulando nas escolas, durante anos, a maior loja de quinquilharia de que há memória. Está tudo regulamentado até à minúcia, está previsto tudo o que é preciso que se faça, nas escolas e na administração, não há nada para pensar, basta executar, cumprir o estipulado e nada mais. No entanto, a maior parte das normas não se aplica, cada escola segue o seu caminho, mais ou menos indiferente tanto às normas como aos seus próprios problemas, pois é suposto que outros já os pensaram, já legislaram em ordem à sua resolução e, portanto, já os terão resolvido ou estão ainda a resolver. Ninguém sabe, no entanto, o que verdadeiramente se passa em cada sala de aula, pois cada professor segue o seu guião e aplica o que acha que deve ser aplicado, seleccionando entre as mil e um normas o que lhe parece mais ajustado, segundo o seu modo de ser e estar na profissão e na vida.

Trinta anos volvidos sobre Abril de 1974, ao mesmo tempo que se expandia o sistema para permitir o acesso de todos os portugueses à escolarização, elaboraram-se milhares de decretos, portarias, despachos e circulares, que formam uma tal camada de tralha técnica que já se torna difícil perceber, a um professor e a um aluno que entram no sistema o que se espera deles, qual é o norte, o que se espera que alcancem. Resta-lhes acomodarem-se e ocuparam um lugar vago e esconso no meio de tanta trapalhada, nova e velha, por uns e por outros ao longo dos anos empilhada.

E como a casa está cheia de tralha técnica, há cada vez menos lugar para a política. O excesso de técnica é equivalente ao défice de política. A técnica educativa foi expulsando a política e a própria política educativa se tornou uma coisa técnica. Assim, os governantes e a administração educacional sentem ser sua missão, ano após ano, legislatura após legislatura, apurar a técnica educacional, reafirmar, por exemplo, como se deve ensinar a Matemática em cada sala de aula, como se devem fazer os regulamentos internos das escolas, como se devem organizar as turmas e distribuir os horários, como se faz o apoio educativo aos alunos dele mais necessitados. Seguindo esta mesma ordem das coisas, o ME também mandou alterar em todas as escolas todos os órgãos de administração e gestão, definindo muito bem as suas novas funções, a sua composição e as suas responsabilidades, decretando assim a “autonomia das escolas”.

Por isso, o ME comprometeu-se também a celebrar com cada escola um “contrato de autonomia”. Cinco anos volvidos, nem um contrato sequer foi celebrado, nem por certo o será. Porquê? Porque a “autonomia” das escolas foi sempre tomada como uma questão técnica e hoje, na hora de celebrar os contratos de autonomia, ela passa a ser uma questão política, que interessa e muito à sociedade portuguesa. O salto entre decretar a autonomia e contratualizar a autonomia é exactamente o salto que seria preciso dar entre a educação como uma técnica e a educação como uma política.

O problema é que o que deve ser ensinado nas escolas começa por ser uma definição feita por técnicos e por peritos e ainda por cima a voz é dada quase exclusivamente aos especialistas de cada disciplina que já é leccionada. Por este caminho só se pode chegar ao desastre. A sociedade portuguesa e os seus actores sociais e políticos ficam de fora, o debate e o conflito de perspectivas em torno do que deve ser ensinado e do “perfil de cidadania” desejado não se promove. Trata-se de um processo exigente, complexo, demorado. Teria de envolver pessoas que não percebem nada das técnicas e das regras que se aplicam na educação escolar, o que para muitos não faz qualquer sentido. Depois dizemos, e com verdade, que a sociedade portuguesa está arredada das coisas da educação.

Um exemplo mais concreto: o aproveitamento escolar a matemática é bastante débil. O que se faz? Criam-se comissões técnicas, ouvem-se os profissionais do sector e legisla-se a melhor maneira de ensinar matemática. Ficam de foras as questões políticas que se relacionam com o que é que o conjunto dos actores sociais e políticos considera que é preciso saber, por exemplo no termo da escolaridade obrigatória, no que se refere a esta disciplina, ou que selecção e que formação inicial e contínua dos professores se devem empreender para se vir a leccionar melhor esta disciplina. Reduzida a questão à sua dimensão técnica nunca se sairá do mesmo sítio, por mais voltas que se dêem, pois são sempre os mesmos e com o mesmo ponto de vista a olhar para ela. Alguns perguntarão: mas como é que deputados, pais, empresários, associações sindicais, associações e agentes sócio-culturais e instituições de investigação, vão definir em conjunto coisas tão complexas, tão técnicas?

As escolas portuguesas, após a duplicação da despesa pública em educação, nos anos noventa, e sem que tivesse aumentado o número global de alunos, continuam a revelar deficiências assinaláveis no seu desempenho (e elas não são todas iguais!), como níveis elevados de abandono, desperdício de recursos, rejeição da participação dos pais, resistência à avaliação externa. Pois o ME, que tem todas as soluções, mesmo sem saber muito bem para que problemas concretos, resolve a situação: decreta a “autonomia” das escolas, dita como deve ser organizada a sua administração e gestão, em todas por igual, manda alterar todos os órgãos que existem nas escolas, chama os pais, as autarquias e outros interesses sociais à direcção das escolas, diz como se elaboram regulamentos internos e ordena que sejam superiormente aprovados. Mas, onde está a política educativa? Será a qualidade do desempenho das escolas uma questão eminentemente técnica, mudam-se os órgãos e a sua composição e já está? Onde está o reordenamento da administração pública, que teria de ser concomitante, alterando responsabilidades desde a esfera da escola, à região e à administração central, onde está a transferência de reais responsabilidades e recursos para as escolas, agora já decretadas “autónomas”? Agora, tecnicamente, os parceiros sociais participam na direcção das escolas, mas fazem lá o quê, podem decidir o quê, podem alterar e inovar o quê, podem mobilizar que recursos, manietados que estão nas mãos da mesma administração que antes existia, omnipresente e onisciente, prisioneiros de uma mudança técnica que não teve qualquer reflexão e decisão política da sociedade portuguesa!?

E assim por diante. A indefinição de responsabilidades é uma primeira consequência do caminho percorrido. E onde não há responsáveis e órgãos e actores responsabilizados, cresce ainda mais a “juridização” da educação. A tralha técnica é, para alguns, securizadora, mas o seu preço é o imobilismo e a diminuição drástica da liberdade. Há autores que falam mesmo no “paraíso da técnica”, falando do universo das escolas. Mas, debaixo deste paraíso da técnica está em geral um deserto ético, uma ausência escandalosa de participação social e as formas mais escondidas do inferno da exclusão social.

Eu sei que é muito mais fácil travestir as grandes questões políticas em questões técnicas, pois isso reduz a complexidade, evita o conflito, esconde problemas de difícil resolução. Mas o preço que estamos a pagar pela liofilização da política em educação, faz-me clamar por política, mais política, muito mais política na educação.

2.12.2003